



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANA PAULA LEITÃO AMORIM

COMO A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL LIDA COM O ESPAÇO SUL-AMERICANO À VISTA DO LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL: 2008-2020

**JOÃO PESSOA
2023**

ANA PAULA LEITÃO AMORIM

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Reis Melo

JOÃO PESSOA
2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A524c Amorim, Ana Paula Leitão.

Como a política de defesa do Brasil lida com o espaço sul-americano à vista do livro branco de defesa nacional [manuscrito] : 2008-2020 / Ana Paula Leitão Amorim. - 2023.

43 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Filipe Reis Melo, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. União de Nações Sul-americanas - UNASUL. 2. Integração regional. 3. Defesa nacional. 4. Política externa. I.

Título

21. ed. CDD 337.1

ANA PAULA LEITÃO AMORIM

COMO A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL LIDA COM O ESPAÇO SUL-AMERICANO À VISTA DO LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL: 2008-2020

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 30/11/2023.

BANCA EXAMINADORA



Filipe Reis Melo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



José Francelino Galdino Neto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Carlos Enrique Ruiz Ferreira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

La unidad de nuestros pueblos no es simple quimera de os hombres, sino inexorable decreto del destino. Unámonos y seremos invencibles.

Simón Bolívar

*Sonho de Gigante, era isso! O “gigante”
era naturalmente o Brasil. País fatídico ao
qual estava confiado o papel vertiginoso de
organizador da União Latino-americana!*

Ariano Suassuna

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa do Complexo Regional de Segurança Sul-Americano.....	22
Figura 2 –	Organograma da Unasul.....	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
CAN	Comunidade Andina
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEED	Centro de Estudos Estratégicos de Defesa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEU	Conselho Eleitoral da UNASUL
COSIPLAN	Conselho de Infraestrutura e Planejamento
COSUCTI	Conselho Sul-Americano de Ciência, Tecnologia e Inovação
CSC	Conselho Sul-Americano de Cultura
CSPMD	Conselho sobre o Problema Mundial das Drogas
CSDS	Conselho de Desenvolvimento Social
CSS	Conselho de Saúde Sul-Americano
CRS	Complexo de Segurança Regional
DOT	Conselho Sul-Americano em matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Or- ganizada Transnacional
EDN	Estratégia de Defesa Nacional
FA	Forças Armadas
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul- Americana
ISAGS	Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MD	Ministério da Defesa
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONU	Organização das Nações Unidas
PND	Plano Nacional de Defesa
RSC	<i>Regional Security Complex</i>

TCSR Teoria dos Complexos de Segurança Regionais
UNASUL União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OBJETIVOS	16
3	A TEORIA DOS COMPLEXOS DE SEGURANÇA REGIONAIS: A AMÉRICA DO SUL	17
3.1	A União de Nações Sul-Americanas	21
3.1.1	<i>Do funcionamento e características da Unasul</i>	24
3.1.2	<i>O Conselho de Defesa Sul-Americano</i>	27
4	ANÁLISE DO LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL (LBDN) PARA A AMÉRICA DO SUL	32
4.1	LBDN 2012	32
4.2	LBDN 2016	35
4.3	LBDN 2020	36
5	CONCLUSÃO	38
	REFERÊNCIAS	40

COMO A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL LIDA COM O ESPAÇO SUL-AMERICANO À VISTA DO LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL: 2008-2020

HOW BRAZIL'S DEFENCE POLICY MANAGES WITH THE SOUTH-AMERICAN SPACE IN VIEW OF THE WHITE PAPER OF NATIONAL DEFENCE: 2008-2020

CÓMO SE ABORDA LA POLÍTICA DE DEFENSA DE BRASIL CON EL ESPACIO SUDAMERICANO ANTE EL LIBRO BLANCO DE LA DEFENSA NACIONAL: 2008-2020

Ana Paula Leitão Amorim

RESUMO

A América do Sul, ao longo dos últimos dois séculos, tem desempenhado um papel ativo na promoção da paz e estabilidade regional, evidenciado pelo compromisso intrínseco dos países com os contextos políticos internos que demandam atenção para lidar com questões domésticas (Nascimento, 2022). Iniciativas regionais como a Unasul e seu Conselho de Defesa Sul-Americano desempenham papéis cruciais na consolidação de esforços conjuntos em defesa e segurança, reconhecendo a interconexão de interesses e desafios compartilhados. A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, de Buzan e Wæver, oferece uma lente valiosa para compreender a relevância regional dessas iniciativas, destacando a importância de abordagens conjuntas diante de desafios compartilhados. O Livro Branco de Defesa Nacional, documento oficial brasileiro, fornece insights cruciais sobre as diretrizes de defesa, evidenciando o papel essencial do setor de Defesa nos avanços da Unasul. A integração regional, buscando uma abordagem coletiva para a segurança, destaca a Unasul de outros processos de regionalismo, reforçando sua singularidade (Miranda Gonçalves; Bragatti, 2018).

Palavras-Chave: Unasul; defesa; integração regional; política externa.

ABSTRACT

South America, over the past two centuries, has played an active role in promoting regional peace and stability, evidenced by the intrinsic commitment of countries to domestic political contexts that require attention to deal with domestic issues. (Nascimento, 2022). Regional initiatives such as UNASUR and its South American

Defence Council play crucial roles in consolidating joint defence and security efforts, recognizing the interconnection of shared interests and challenges. The Theory of Regional Security Complexes, by Buzan and Waever, offers a valuable lens to understand the regional relevance of these initiatives, highlighting the importance of joint approaches to shared challenges. The White Paper of National Defence, an official Brazilian document, provides crucial insights into defence guidelines, highlighting the essential role of the Defence sector in Unasul's advances. Regional integration, seeking a collective approach to security, highlights Unasul from other processes of regionalism, reinforcing its uniqueness (Miranda Gonçalves; Bragatti, 2018).

Keywords: Unasur; defence; regional integration; foreign policy.

RESUMEN

América del Sur, a lo largo de los últimos dos siglos, ha desempeñado un papel activo en la promoción de la paz y la estabilidad regional, evidenciado por el compromiso intrínseco de los países con los contextos políticos internos que requieren atención para lidiar con asuntos internos (Nascimento, 2022). Las iniciativas regionales como la Unasur y su Consejo de Defensa Sudamericano juegan un papel crucial en la consolidación de los esfuerzos conjuntos en defensa y seguridad, reconociendo la interconexión de intereses y desafíos compartidos. La Teoría de los Complejos Regionales de Seguridad, de Buzan y Waever, ofrece una lente valiosa para comprender la relevancia regional de estas iniciativas, destacando la importancia de enfoques conjuntos frente a desafíos compartidos. El Libro Blanco de Defensa Nacional, documento oficial brasileño, proporciona insights cruciales sobre las directrices de defensa, destacando el papel esencial del sector de la Defensa en los avances de la Unasur. La integración regional, buscando un enfoque colectivo para la seguridad, destaca a Unasul de otros procesos de regionalismo, reforzando su singularidad (Miranda Gonçalves; Bragatti, 2018).

Palabras clave: Unasur; defensa; integración regional; política exterior.

1 INTRODUÇÃO

Fundamentada nos princípios da busca por maior unidade e solidariedade entre os países da região, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) não apenas representou uma visão compartilhada de desenvolvimento, mas também dedicou esforços significativos para estabelecer mecanismos concretos de cooperação em diversas áreas. A Unasul, ao ser examinada à luz das contribuições de Simões (2012), emerge como um marco significativo no processo de integração regional, simbolizando o primeiro passo tangível em direção a uma união mais estreita entre os países sul-americanos.

O processo de criação e desenvolvimento da Unasul não foi apenas simbólico, mas envolveu empenho substancial, sublinhando a importância atribuída à cooperação regional na América do Sul. A organização não apenas buscou consolidar uma visão compartilhada de desenvolvimento, mas também se esforçou para implementar ações concretas que promovessem a colaboração em áreas como comércio, infraestrutura e desenvolvimento sustentável.

Um aspecto particularmente destacado na atuação da Unasul foi o estabelecimento do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), uma iniciativa central que exemplifica a compreensão da importância estratégica de garantir a segurança e estabilidade na região. O CDS desempenhou um papel crucial ao fomentar a cooperação em questões de defesa e segurança, reconhecendo a interconexão de interesses e desafios compartilhados entre os países sul-americanos. Essa abordagem colaborativa contribuiu para fortalecer os laços e a confiança mútua entre as nações envolvidas.

A fim de compreender melhor o entorno estratégico e a importância da Unasul para a América do Sul e para o Brasil, é indispensável beber da fonte da Escola de Copenhague e entender a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, proposta por Buzan e Wæver, que oferece uma perspectiva valiosa ao sublinhar a relevância regional de um processo de integração como a Unasul. Essa teoria destaca a interdependência das questões de segurança em um contexto regional, enfatizando a importância de abordagens conjuntas para lidar com desafios comuns.

Assim, a análise do Livro Branco de Defesa Nacional assume um papel crucial para compreender o enfoque do Brasil em relação à América do Sul no âmbito da

defesa. Ao examinar as diferentes edições do Livro Branco ao longo dos anos, torna-se evidente a importância atribuída pela Unasul na estratégia de defesa do país, especialmente durante os anos de sua existência, de 2012 a 2016.

O Livro Branco, ao destacar a Unasul como um marco significativo no processo de integração regional, reflete não apenas uma visão compartilhada de desenvolvimento, mas também a materialização de esforços substantivos para promover a cooperação em diversas áreas. A transição de uma organização para outra, juntamente com a ausência de menções explícitas, sugere a importância de se examinar de perto as motivações e estratégias adotadas pelo Brasil em relação à segurança regional.

2 OBJETIVOS

Este trabalho tem como propósito principal a compreensão aprofundada do enfoque adotado pelo Brasil em relação à América do Sul no âmbito da defesa, explorando especificamente a atuação da Unasul, do Conselho de Defesa Sul-Americano, e o papel do Livro Branco de Defesa Nacional. A metodologia empregada neste estudo envolve uma abordagem analítica sistêmica, respaldada por uma extensa revisão bibliográfica e uma análise documental direta, obtida de fontes primárias.

A análise sistêmica proporciona uma perspectiva holística, permitindo a compreensão interconectada das diferentes facetas que compõem a abordagem brasileira para a América do Sul em matéria de defesa. Essa abordagem leva em consideração não apenas os eventos isolados, mas também as relações e interações entre os diversos elementos que compõem o cenário de defesa regional. Desta forma, busca-se identificar padrões, tendências e interdependências que podem fornecer *insights* significativos sobre as políticas e estratégias adotadas.

A revisão bibliográfica foi utilizada para abranger uma variedade de fontes confiáveis e especializadas, proporcionando um embasamento teórico robusto para a análise. Textos acadêmicos, livros, artigos científicos e relatórios técnicos foram explorados para enriquecer o entendimento do contexto histórico, político e estratégico que moldou o posicionamento brasileiro em relação à América do Sul.

A análise documental direta a partir de fontes primárias, como os Livros Branco de Defesa Nacional, oferece uma visão concreta e específica sobre as políticas e prioridades de defesa do Brasil. Estes documentos oficiais, produzido pelo governo, representa uma fonte fundamental para entender as diretrizes, metas e estratégias de defesa adotadas pelo país em diferentes momentos históricos.

Ao integrar essas abordagens metodológicas, busca-se não apenas compreender o passado, mas também lançar luz sobre as implicações atuais e futuras das decisões de defesa do Brasil em relação à América do Sul. A combinação da análise sistêmica, revisão bibliográfica e análise documental proporciona uma base sólida para abordar de maneira abrangente e fundamentada os objetivos deste estudo.

3 A TEORIA DOS COMPLEXOS DE SEGURANÇA REGIONAIS: A AMÉRICA DO SUL

A Teoria dos Complexos de Segurança Regionais (TCSR ou *RSC*, em inglês) é uma teoria construtivista que foi criada pelos teóricos da Escola de Copenhague e mais desenvolvida por Barry Buzan e Ole Wæver ao analisar um contexto internacional de Pós Guerra Fria, o qual o mundo necessitava ser lido por meio de uma lente que compreendesse o entorno regional das relações internacionais que aborde a segurança como algo multifacetado e que não se limita unicamente à esfera militar, contemplando ameaças não-tradicionais, como subdesenvolvimento, pobreza, instabilidade política e questões de segurança que vão além de conflitos e guerras.

Dessa forma, o conceito de Complexo de Segurança Regional (CSR) surge para analisar e enfatizar um panorama entre o sistema internacional e o Estado.

One of the purposes of inventing the concept of regional security complexes was to advocate the regional level as the appropriate one for a large swath of practical security analysis. Normally, two too extreme levels dominate security analysis: national and global (Buzan; Wæver, 2003, p. 43).

A região, segundo Buzan e Wæver (2003), diz respeito ao ponto em que estados ou outras entidades se unem de maneira estreita o suficiente para que seus títulos não possam ser considerados distintos uns dos outros. Dessa forma, definem o que o nível regional é onde ocorrem os extremos da interação em segurança nacional e global, havendo a interligação de dois níveis: a interação das potências globais no nível sistêmico e grupos de segurança altamente interdependentes no nível regional. Dessa forma, cada CSR é composto pelas preocupações e aspirações de suas unidades componentes, que por sua vez têm raízes parcialmente em características e divisões internas. Tanto a segurança das unidades individuais quanto o processo de intervenção global só podem ser plenamente compreendidos por meio da compreensão da dinâmica de segurança regional (Buzan; Wæver, 2003).

Dessa forma, com o objetivo de desviar a atenção do enfoque voltado exclusivamente para os estados e para as questões político-militares, e para reconfigurar o conceito central, levando em consideração a viabilidade de envolvimento de diversos atores e a consideração de múltiplas facetas da segurança, Buzan e Wæver (2003)

afirmam que os problemas de segurança não podem ser analisados individualmente.

The original definition of a security complex (Buzan 1983: 106) was: 'a group of states whose primary security concerns link together sufficiently closely that their national securities cannot reasonably be considered apart from one another'. In our 1998 book (Buzan and Wæver 1998: 201), the definition of RSCs was reformulated to shed the state-centric and military-political focus and to rephrase the same basic conception for the possibility of different actors and several sectors of security: 'a set of units whose major processes of securitisation, desecuritisation, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another' (Buzan; Wæver, 2003, p. 44).

Assim, Buzan e Wæver (2003) desenvolvem a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, definindo em quatro níveis distintos: 1) Nível doméstico dos Estados na região; 2) As relações entre os Estados no complexo regional; 3) A interação da região com regiões vizinhas; 4) O papel das potências globais na região.

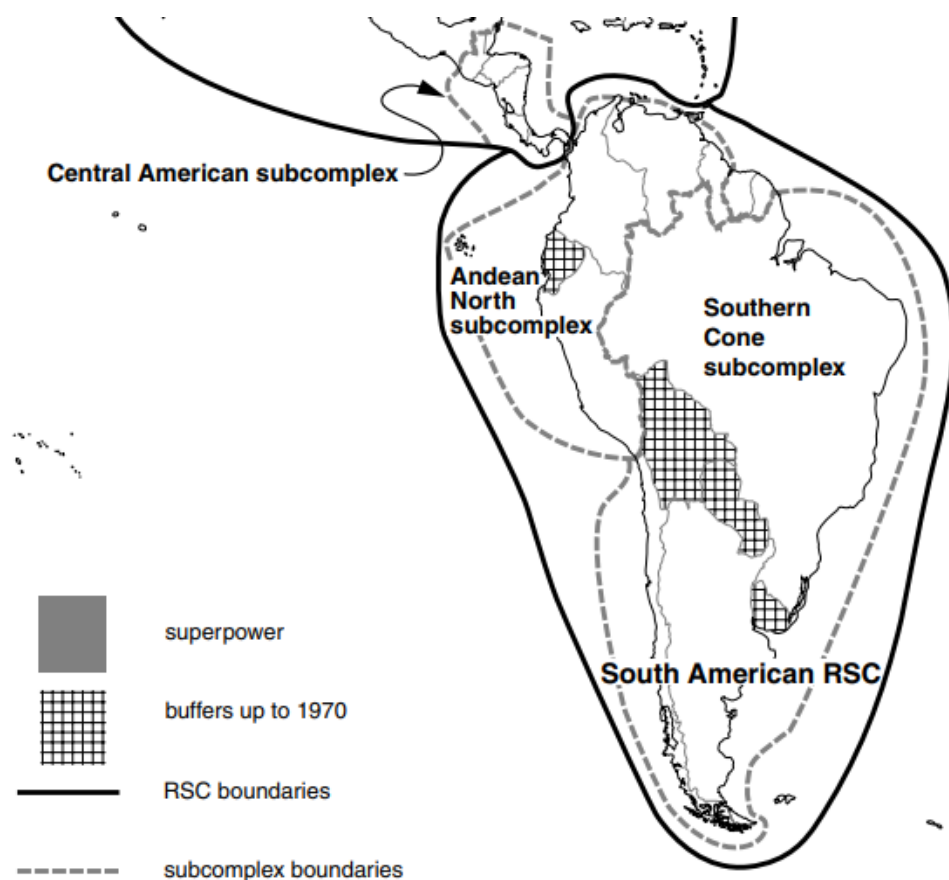
Os quatro níveis são: 1. Internamente nos Estados da região, especialmente suas vulnerabilidades geradas internamente [...] (A vulnerabilidade específica de um Estado define o tipo de ameaça que tem (Wæver 1989) – e às vezes torna outro Estado ou grupo de Estados uma ameaça, mesmo que não tenham intenções hostis); 2. Relações entre Estados (que geram a região como tal); 3. A interação da região com as regiões vizinhas (isto é suposto a ser relativamente limitado, dado que o complexo está definido pela interação interna ser mais importante [...]); 4. O papel das potências globais na região (a interação entre as estruturas de segurança globais e regionais) (Buzan; Wæver, 2003, p. 51) (tradução livre da autora).

A TCSR fornece uma estrutura analítica valiosa para entender a dinâmica da segurança em diferentes regiões do mundo. A divisão em quatro níveis ajuda a identificar os fatores que contribuem para a formação da segurança regional e global.

A atenção dada ao nível doméstico, às relações entre os Estados na região, à interação com regiões vizinhas e ao papel das potências globais destaca a complexidade das interações e como as ameaças à segurança podem surgir de diversas fontes. Essa abordagem ajuda a perceber que a segurança vai além das questões militares e abrange aspectos políticos, econômicos e sociais, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de segurança em diferentes contextos regionais.

Os teóricos Buzan e Wæver (2003) destacam a existência de diversos Complexos Regionais de Segurança no mundo, e, dentre eles, há o Sul-Americano. No CRS da América do Sul, Buzan e Wæver (2003) enfatizam a existência de um padrão nas relações entre os Estados sul-americanos, como as pressões internas e a falta de estabilidade política, disputas entre regiões que têm efeitos que se estendem para além das fronteiras nacionais, e a intervenção dos Estados Unidos em diversos âmbitos na região.

Figura 1: Mapa do Complexo Regional de Segurança Sul-Americano



(Fonte: Buzan; Waever, 2003. p. 266)

Dessa forma, a TCRS tem uma relevância significativa na América do Sul, uma região caracterizada por uma história de tensões e rivalidades internas e externas, bem como por uma diversidade de atores e desafios de segurança. A aplicação da TCRS na América do Sul ajuda a entender como fatores como disputas fronteiriças, instabilidade política, questões de recursos naturais e intervenção externa podem interagir e afetar a segurança da região como um todo. Para Rodrigues e dos Santos (2020), a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança consiste na utilização do conceito de região para analisar a dinâmica de segurança no sistema internacional. Essa abordagem redefine a compreensão do mundo em termos de espaços nos quais os processos de securitização são mais acentuados e seguem padrões específicos, que os distinguem dos demais Complexos.

Assim, a criação de instituições de integração regional, como a Unasul (União das Nações Sul-Americanas) e, posteriormente, o Conselho de Defesa Sul-Americano

(CDS), é uma resposta direta à necessidade de abordar questões de segurança na região. A Unasul (a ser abordada mais detalhadamente no próximo tópico) busca promover a cooperação e a integração entre os países sul-americanos, criando um espaço para a resolução pacífica de disputas, a promoção da estabilidade política e a coordenação de esforços para enfrentar ameaças comuns, como desastres naturais e questões de segurança regional.

3.1 A União das Nações Sul-Americanas

A partir da segunda metade do Século XX, a América Latina foi marcada por grandes esforços de integração regional, visto um contexto de maior consciência quanto à dependência dos países latino-americanos, principalmente do ponto de vista econômico. Com uma configuração histórica de quase quinhentos anos e de uma política fragmentada, bem como nos quase 200 anos de independência, os Estados sul-americanos se mantiveram com relações distantes. Em uma tentativa de voltar os olhos para o Sul e descentralizar o poder na América, a criação de instituições como a CEPAL, a ALALC, a ALADI, a ALBA, o MERCOSUL e a CAN demonstram esforços sul-americanos para um maior desenvolvimento e cooperação na região, porém em caráter de integração econômica.

Portanto, é na primeira década do século XXI que o Brasil, de fato, encontra um ambiente favorável e privilegiado às articulações políticas, voltando-se à cooperação e à integração regional (Simões, 2012) e, pela primeira vez, a América do Sul, estava concebendo seu próprio projeto de defesa, sem depender da intervenção dos Estados Unidos. Esse projeto abrangia não apenas a busca pelo controle dos recursos naturais, mas também a promoção de uma política de cooperação eficaz no combate ao narcotráfico, tendo como base a compreensão das complexas realidades e contradições que permeavam a sociedade local.

Porém, pouco antes de sua constituição em 2008, são observáveis movimentos que indicam o início do pensamento da Unasul. Em 2000, em Brasília, aconteceu A Primeira Cúpula de Presidentes da América do Sul, um evento histórico que se tornaria o ponto de partida para a criação da Unasul, e contou com a presença dos presidentes do Brasil, da Argentina, da Bolívia, do Chile, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Paraguai, do Peru, do Suriname, do Uruguai e da Venezuela (Brasil, 2000)

e, ao mesmo tempo, foi o cenário de lançamento da ambiciosa Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Física da América do Sul (IIRSA). Esse notável encontro, que reuniu Chefes de Estado e de Governo da América do Sul, marcou o início de uma jornada colaborativa que moldaria o futuro da integração regional na América do Sul (Simões, 2011).

Nessa primeira reunião, o foco principal foi fomentar o diálogo entre os países da região e dar início a um processo de integração inspirado no modelo europeu (Bardó, 2008). Dessa forma, em 2008, seguindo a onda e a guinada à esquerda na América do Sul, com ânimos voltados às questões sociais, econômicas, de infraestrutura e defesa, tem-se a criação da Unasul, representando esse esforço histórico em integrar a América Latina.

Segundo Simões (2011), a Unasul não tem como seu objetivo primordial a formação de uma aliança comercial imediata; em vez disso, busca ampliar horizontes em domínios como infraestrutura, investimentos, energia e, além disso, áreas como segurança, defesa, políticas sociais, educação e saúde. A sua meta na integração sul-americana é fazer uso da proximidade geográfica e de interesses compartilhados, especialmente aqueles relacionados ao crescimento econômico e à justiça social, para fortalecer e aprimorar as respectivas estratégias nacionais de desenvolvimento.

Esse enfoque representa uma ruptura decisiva em relação ao paradigma em que o desenvolvimento muitas vezes ocorria à custa do isolamento regional. Ainda segundo o Simões (2011), a Unasul tem suas raízes na compreensão fundamental de que a proximidade geográfica deve ser transformada em colaboração política e cooperação, uma vez que diversos desafios enfrentados pela região requerem uma abordagem conjunta e coordenada.

A criação da Unasul representa uma ruptura com os padrões históricos, introduzindo uma nova abordagem na integração regional, explorando soluções tangíveis dentro da própria região, visando alcançar o desenvolvimento, a estabilidade e a paz de maneira mais eficaz (Simões, 2011).

Assim, a Unasul busca impulsionar âmbitos políticos, econômicos, sociais, culturais e fortalecer a soberania e a autonomia dos países que a compõem, como expresso no 2º artigo do seu Tratado Constitutivo:

A União de Nações Sul-Americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (Unasul, 2008, p.8).

Logo, a Unasul desempenha um papel fundamental ao promover a criação de uma zona de livre comércio que engloba a CAN e o MERCOSUL. Isso fortalece ainda mais o aspecto horizontal da integração, unindo diversos atores em uma iniciativa conjunta. Como resultado, a integração sul-americana assume uma dimensão regional mais ampla, transcendendo a lógica estritamente sub-regional. Esse esforço colaborativo ampliado demonstra o compromisso da Unasul em unificar e solidificar a região sul-americana como um todo (Simões, 2011).

Dessa forma, a Unasul deve ser compreendida a partir de três perspectivas distintas e igualmente cruciais. Primeiramente, do ponto de vista da integração regional, a Unasul desempenha um papel crucial como um elemento que promove a ligação entre os diversos polos econômicos presentes na região. Em seguida, sob a ótica da cooperação política regional, a Unasul serve como um importante canal de diálogo, destinado a negociar soluções para as tensões e impasses que possam surgir entre os Estados Membros. Por fim, quando observamos a Unasul a partir da perspectiva das relações externas, ela deve ser entendida como um polo econômico e político em ascensão, capaz de se articular de maneira eficaz com outros polos em formação. Isso ocorre em um contexto internacional cada vez mais marcado pela multilateralização e regionalização. Nesse sentido, a Unasul desempenha um papel fundamental ao contribuir para a formação de um sistema global mais cooperativo e orientado para a região, com impactos significativos tanto dentro quanto fora das fronteiras sul-americanas (Oliveira; Salgado, 2011).

Segundo Antônio Simões (2011), o propósito subjacente à integração sul-americana é aproveitar a proximidade geográfica e os objetivos compartilhados, especialmente relacionados ao crescimento econômico e à justiça social, para fortalecer os

respectivos projetos nacionais de desenvolvimento. Isso marca uma mudança significativa em relação ao paradigma histórico de buscar o desenvolvimento negligenciando a própria região.

O autor ainda acrescenta que a origem da Unasul está enraizada nessa percepção fundamental de que era imperativo aproveitar a proximidade geográfica e transformá-la em colaboração política e cooperação, especialmente porque a natureza de muitos dos desafios enfrentados pela região exige ação conjunta. O Tratado Constitutivo da Unasul adota uma abordagem pragmática, atribuindo às diplomacias dos doze Estados-membros a responsabilidade inicial de identificar oportunidades e negociar acordos em cada área específica (Simões, 2011).

3.1.1 Do funcionamento e características da Unasul

A Unasul possui diversas fontes de regras e regulamentos que orientam seu funcionamento. Estas fontes incluem o Tratado Constitutivo da Unasul e outros documentos relacionados, acordos entre os Estados-Membros com base nesses documentos, decisões tomadas pelos líderes dos Estados-Membros no Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, resoluções adotadas pelo Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, e disposições do Conselho de Delegadas e Delegados.

A organização institucional da Unasul está delineada no 4º artigo do Tratado Constitutivo e compreende uma série de órgãos essenciais, como o Conselho de Chefas e Chefes de Estado, o Conselho de Ministros das Relações Exteriores, o Conselho de Delegados e Delegadas e a Secretaria-Geral. Além desses componentes, a estrutura institucional também inclui doze conselhos temáticos, os quais são mencionados em breve, cujo propósito é prestar assistência e formular políticas públicas para o bloco com base em suas respectivas áreas de especialização (Nery, 2016).

Para a aprovação de normas, segundo o Tratado Constitutivo da Unasul, é necessário um consenso entre os Estados-Membros. No entanto, em algumas situações, como nas decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores e disposições do Conselho de Delegadas e Delegados, pode ser adotada a presença de pelo menos três quartos dos Estados-Membros.

Quando as decisões são tomadas sem a presença de todos os Estados-Membros, o Secretário Geral consulta os Estados ausentes, que têm um prazo de até trinta dias para se pronunciar no caso do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo e resoluções do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, e quinze dias para o Conselho de Delegadas e Delegados.

Já os Grupos de Trabalho da Unasul podem realizar sessões e apresentar propostas sempre que mais da metade dos Estados-Membros estiver presente. Após a aprovação das normas, elas se tornam obrigatórias para os Estados-Membros, que devem incorporá-las em suas leis nacionais de acordo com seus próprios procedimentos internos.

Com a ratificação do Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, a Unasul conquistou uma personalidade jurídica sólida e estabeleceu sua estrutura institucional mencionada anteriormente. Durante uma reunião extraordinária de Chefes de Estado realizada em Salvador, Brasil, em 2008, foram instituídos o CDS e o Conselho de Saúde Sul-Americano (CSS). Cada um desses conselhos conta com um órgão de assessoramento e pesquisa associado: o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), com sede em Buenos Aires, e o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), localizado no Rio de Janeiro.

Conforme consta no Regulamento Geral da Unasul (2008), esses conselhos têm a capacidade de realizar reuniões e formar grupos de trabalho para atender às ordens e sugestões dos órgãos responsáveis. Eles podem ser permanentes ou temporários, e todos prestam contas de suas ações a um conselho superior, que, por sua vez, informa aos líderes do governo ou ministros das Relações Exteriores conforme necessário.

O Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo é o órgão mais importante da Unasul. Ele estabelece diretrizes políticas, planos, programas e projetos para a integração sul-americana, convoca reuniões ministeriais e toma decisões com base nas propostas do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores. Além disso, ele define as políticas de relacionamento com outros países (Unasul, 2008).

A Presidência Pro Tempore da Unasul é exercida em rodízio por cada país membro e é responsável por coordenar as atividades da organização, representá-la em eventos internacionais e firmar acordos com terceiros (Unasul, 2008).

O Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores é responsável por aprovar o programa anual de atividades e o orçamento de funcionamento da Unasul, além de tomar decisões para implementar as resoluções do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo (Unasul, 2008).

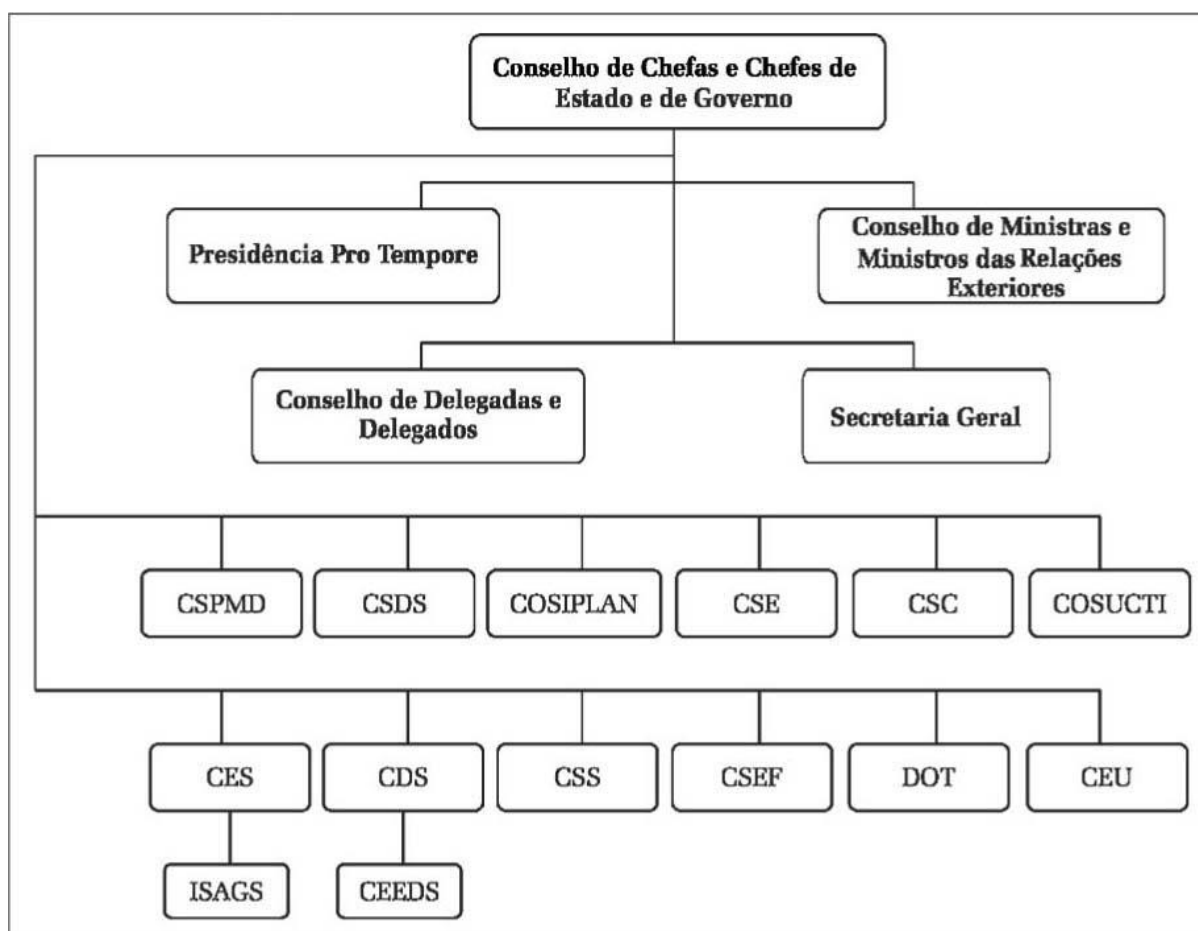
O Conselho de Delegadas e Delegados é composto por representantes de cada Estado-Membro e se dedica a implementar as decisões dos órgãos superiores, coordenar ações com outros processos de integração e promover o diálogo político e a participação cidadã (Unasul, 2008).

A Secretaria Geral da Unasul auxilia os órgãos da organização na execução de suas tarefas, propõe iniciativas, participa das reuniões e é o repositório dos acordos. O Secretário Geral é nomeado pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo (Unasul, 2008).

Segundo Nery (2016), na cúpula realizada em Quito, em 2009, três conselhos foram criados: o Conselho sobre o Problema Mundial das Drogas (CSPMD), o Conselho de Desenvolvimento Social (CSDS) e o Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). A partir de 2010, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) foi incorporada ao COSIPLAN, tornando-se um órgão técnico deste conselho e passando a receber diretrizes políticas dos governos pertencentes à Unasul.

Nos anos subsequentes, foram criados outros conselhos em diversas áreas, abrangendo educação (CSE), cultura (CSC), ciência, tecnologia e inovação (COSUCTI), economia e finanças (CSEF), segurança cidadã contra a delinquência organizada transnacional (DOT) e assuntos eleitorais (CEU). Essa ampla gama de conselhos temáticos reflete o compromisso da Unasul em abordar questões cruciais de forma colaborativa e coordenada dentro da região sul-americana. O organograma da estrutura da Unasul pode ser observado na figura abaixo.

Figura 2 - Organograma da Unasul



(Fonte: Nery, 2016)

A presença de múltiplos conselhos, todos com igualdade de importância, destaca a abordagem da Unasul de abordar uma variedade de áreas, desde defesa até educação e pesquisa, com a intenção de promover o desenvolvimento sustentável e a cooperação em toda a região sul-americana. Isso demonstra o compromisso da organização em abordar uma ampla gama de questões que afetam os Estados-Membros e a região como um todo, trabalhando em conjunto para alcançar objetivos comuns e fortalecer os laços de solidariedade e cooperação na América do Sul.

3.1.2 O Conselho de Defesa Sul-Americano

Pensando na questão de segurança e defesa na América do Sul, visto um cenário internacional caracterizado por atos de violência e autoritarismo, a cooperação no âmbito militar se apresenta como uma necessidade premente. Nesse contexto, é

de suma importância contar com forças armadas proporcionais ao território e à população de cada nação. A estratégia brasileira de defesa adota uma perspectiva que enxerga a América do Sul de forma integrada e reconhece que a cooperação militar entre as Forças Armadas, inclusive no que se refere à indústria de armamentos, desempenha um papel crucial na promoção da estabilidade e do equilíbrio regional, contribuindo para a construção da confiança mútua entre as nações (Gonçalves de Oliveira, 2010).

Nesse contexto, é relevante ressaltar a significativa contribuição dos programas de intercâmbio militar, os quais desempenham uma missão crucial na construção da confiança mútua. Além disso, a participação ativa de militares de países da região em operações de paz das Nações Unidas tem sido fundamental para promover um maior reconhecimento das Forças Armadas. Dentro desse cenário, o estabelecimento do CDS adquire relevância, pois busca estimular a cooperação no campo da segurança entre os Estados membros da Unasul.

Ainda segundo Gonçalves de Oliveira (2010), o CDS tem como objetivo central fomentar a troca de políticas de defesa comuns, promover o intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas (FA) dos países envolvidos, realizar exercícios militares conjuntos, colaborar na participação em operações de paz das Nações Unidas (ONU), compartilhar análises sobre as dinâmicas globais de defesa e integrar as capacidades industriais de produção de equipamentos militares. Adicionalmente, essas medidas incluem esforços para fortalecer a confiança mútua, fornecer ajuda coordenada em áreas afetadas por desastres naturais e explorar outras formas de cooperação em prol da segurança regional.

O CDS possui seu próprio estatuto que estabelece, em seu 14º artigo, a elaboração de um plano de ação anual a cargo da instância executiva do Conselho, representada pela Presidência, que corresponde à Presidência *Pro Tempore* da Unasul. Ainda segundo Gonçalves de Oliveira (2010), o Preâmbulo do Plano de Ação para o ano de 2009 enfatiza as disposições dos documentos constitutivos da Unasul e do próprio Conselho de Defesa, realçando a unidade de propósitos e objetivos entre os Estados-membros. Isso é especialmente relevante no que se refere à construção de uma zona de paz e cooperação na América do Sul, bem como na promoção de uma

agenda abrangente para a construção conjunta da identidade sul-americana de defesa. O documento apresenta um cronograma detalhado de atividades, tarefas e responsabilidades de suas execuções.

As ações para o ano de 2009 foram organizadas em quatro eixos temáticos, que abordam questões relacionadas a (1) Políticas de Defesa, (2) Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Missões de Paz, (3) Indústria e Tecnologia de Defesa e (4) Formação e Capacitação. Essa estrutura estratégica visou promover uma colaboração sólida e coordenada no campo da segurança e da defesa em toda a região sul-americana (Gonçalves de Oliveira, 2010).

Segundo Antônio Simões (2011), sobre o Plano de Ação, o autor acrescenta que este documento estabelece uma ampla pauta voltada para a construção de uma identidade sul-americana no domínio da defesa, que se manifestará de forma gradual e adaptável por meio de iniciativas em diversas áreas-chave. Entre essas iniciativas, destacam-se: 1) Estabelecimento de uma rede para facilitar a troca de informações sobre políticas de defesa, promovendo um maior entendimento e cooperação entre os Estados-membros; 2) Fomento e incentivo à transparência ao compartilhar informações relacionadas aos gastos e indicadores econômicos no âmbito da defesa, contribuindo para a confiança mútua e a prestação de contas; 3) Desenvolvimento de planos para exercícios conjuntos de assistência em situações de catástrofes ou desastres naturais, fortalecendo a capacidade de resposta regional em situações de crise; 4) Organização de conferências com foco na análise das lições aprendidas em operações de paz, visando ao aprimoramento das estratégias e práticas empregadas nesses cenários complexos; 5) Realização de um diagnóstico abrangente da indústria de defesa dos países-membros, identificando capacidades e áreas estratégicas de cooperação para promover a complementaridade entre as nações; 6) Implementação de programas de formação e capacitação de recursos humanos, com intercâmbio entre academias militares, para garantir um nível elevado de preparação e profissionalismo nas FA da região.

Essas iniciativas coletivas visam fortalecer a colaboração e a cooperação em matéria de defesa na América do Sul, contribuindo para a construção de uma identidade compartilhada e o fortalecimento da segurança regional (Simões, 2011).

Simões (2011) ainda acrescenta a ideia de que o reconhecimento de que o vizinho pode ser parceiro em potencial, e não adversário, não deve ser imposto de

maneira externa, por influência ou imposição de potências de fora da nossa região. A história da América Latina é marcada por inúmeras intervenções externas, golpes de Estado e episódios de violência instigados por nações de outras partes do mundo, remontando aos tempos coloniais. Dessa forma, a abordagem mais eficaz para promover uma agenda positiva no âmbito da defesa e segurança é iniciar pelo fortalecimento da cooperação inter-regional. Somente por meio de uma colaboração genuína entre as nações da região é possível prevenir a emergência de tensões e suspeitas. Isso cria um ambiente propício não apenas para uma cooperação mais ampla com países de fora da região, mas também para que essa cooperação não seja vista como uma potencial ameaça, mas sim como um esforço conjunto em busca da estabilidade e prosperidade conjunta (Simões, 2011).

Uma das primeiras iniciativas formais do CDS, no ano de 2010, relacionou-se diretamente às operações humanitárias, especificamente durante o terremoto que atingiu o Haiti, ocorrido em 12 de janeiro daquele ano. Nesse momento crítico, os Estados-membros da Unasul uniram esforços em uma ação humanitária conjunta, que culminou na elaboração de uma Resolução sobre a Situação no Haiti. Posteriormente, essa iniciativa resultou na publicação do documento intitulado "Solidariedade da Unasul com o Haiti". Essa resposta coletiva demonstrou o compromisso da Unasul em agir em conjunto em situações de emergência e destacou a importância da cooperação regional em momentos de crise (Gonçalves de Oliveira, 2010).

Dessa forma, para Tiago Nery (2016), a singularidade geopolítica do CDS emerge da sua natureza como um mecanismo de defesa exclusivamente sul-americano, marcando um rompimento com o histórico de instituições hemisféricas sob a influência dos Estados Unidos. Ao se consolidar como uma entidade permanente dentro da Unasul, o CDS simboliza a apropriação pela região dos temas relacionados à defesa, que anteriormente eram abordados de forma desarticulada e frequentemente envolvendo potências externas. Esse movimento reflete o desejo da América do Sul de tomar as rédeas de suas questões de segurança e defesa, promovendo uma abordagem regional e autônoma para esses assuntos cruciais.

Para Rodrigues e dos Santos (2020), o CDS teve início como um incipiente mecanismo de segurança coletiva, ganhando destaque pela sua relevância no contexto regional como um espaço de interação entre as esferas nacional e global. No entanto, não se configurou como uma Comunidade de Segurança, uma vez que não

foram estabelecidas perspectivas mútuas fundamentadas em normas comuns institucionalizadas, interesses partilhados e estruturas de governança independentes.

O panorama político desfavorável na região, agravado pela instabilidade política e institucional no Brasil, levanta a possibilidade de comprometimento substancial da incipiente Comunidade. Conforme evidenciado pelas experiências da primeira década de 2000, considerando a importância geopolítica e geoeconômica crucial do Brasil na região, tanto o contexto estratégico brasileiro quanto a integração regional sul-americana se entrelaçam inseparavelmente em um mesmo projeto político. Nesse contexto, a segurança e a defesa desempenham funções essenciais, sendo partes fundamentais dessa configuração complexa (Rodrigues; dos Santos 2020).

Além disso, a relativa autonomia experimentada pela América do Sul possibilita o papel proeminente do Brasil como articulador das percepções de segurança dos dois subcomplexos regionais. A institucionalização da Unasul e do CDS contribui para reafirmar a posição brasileira nesse processo. O CRS da América do Sul é de um modelo centrado, mas com um centro frágil, e sua estabilidade depende da atuação do Brasil como um centro estabilizador (Fuccille; Rezende, 2013).

4 ANÁLISE DO LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL PARA A AMÉRICA DO SUL

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é um documento de natureza pública que possibilita a compreensão do amplo cenário da Estratégia Nacional de Defesa a médio e longo prazo. Ele visa tornar acessíveis informações detalhadas sobre o orçamento, o planejamento plurianual e os aspectos estratégicos, financeiros, institucionais e materiais relacionados às Forças Armadas (Brasil, 2012).

O LBDN foi criado em 2011, e sua primeira edição foi lançada em 2012, durante o primeiro governo de Dilma Rousseff, com o objetivo de fornecer informações em matéria de defesa, como políticas, estratégias e capacidades, sendo, assim, o mais importante documento brasileiro referente à política de defesa e segurança nacional, contando com o apoio de outros documentos complementares: a Estratégia de Defesa Nacional (EDN) e o Plano Nacional de Defesa (PND). Atualmente existem três edições do LBDN, sendo elas: 2012, 2016 e 2020.

4.1 LBDN 2012

O Brasil é, naturalmente, um líder regional ao observar características e contextos importantes, como a história, os arranjos regionais, a geografia e a geopolítica, e pelo fato de ser o maior país da América do Sul, sendo fronteiro com todos os outros países da América do Sul, exceto Chile e Equador.

Com tamanha relevância na região, Celso Amorim, em sua apresentação como Ministro da Defesa no LBDN (2012) destaca que um dos principais objetivos do livro é:

[...] fortalecer a cooperação com os países da América do Sul. Poderá, nesse sentido, ser um instrumento para fomentar o estabelecimento de uma comunidade de paz e segurança no entorno sul-americano que possibilite a opção por soluções pacíficas e a consequente eliminação da hipótese de guerra. Para além desse esforço, buscamos demonstrar aos países de fora da região que a nossa defesa possui caráter essencialmente dissuasório e está organizada para evitar que o Brasil sofra ameaças. Procuramos descrever de maneira fundamentada que defesa não é delegável e que devemos estar preparados para combater qualquer agressão (Brasil, 2012, p. 12-13).

Dessa forma, o Brasil enaltece o fortalecimento da cooperação internacional como instrumento essencial para superar obstáculos e reaproximar os Estados, dando ênfase ao seu entorno político, solidificando as relações diplomáticas entre o Brasil e dos demais países da região e, assim, “o Brasil vê, em sua política de defesa e em sua vocação para o diálogo, componentes essenciais para sua inserção afirmativa e cooperativa no plano internacional” (Brasil, 2012, p. 31).

A integração sul-americana, segundo o LBDN (Brasil, 2012), é um objetivo estratégico fundamental da política externa brasileira. O Brasil reconhece que o aprofundamento das relações políticas, sociais e econômicas na América do Sul desempenha um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico e na promoção da paz na região. Além disso, a construção de um mercado sul-americano sólido e o fortalecimento da capacidade de atuação e negociação dos governos em contextos internacionais dependem da manutenção e do fortalecimento de relações amigáveis entre os países da região.

A edição de 2012 ainda menciona a tendência de cooperação em defesa por meio da Unasul e:

[...] especialmente, de seu Conselho de Defesa (CDS). Vê-se surgir na América do Sul uma “comunidade de segurança”, motivada pelo fato de os países vizinhos compartilharem experiências históricas comuns, desafios de desenvolvimento semelhantes e regimes democráticos, que facilitam a compreensão recíproca e propiciam uma acomodação pacífica dos diversos interesses nacionais (Brasil, 2012, p. 33).

O livro ainda destaca a relevância da consolidação da Unasul como um instrumento de solução de controvérsias pacíficas na América do Sul, com grande valor estratégico por meio do CDS, promovendo ações que visam intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas de outras nações (Brasil, 2012).

Além disso, o LBDN de 2012 ressalta que a segurança de um país é impactada pelo grau de incerteza presente na região em que se encontra. Portanto, promover a estabilidade na área é uma meta crucial a nível nacional. Assim, o Brasil aspira à prevalência do consenso, à harmonia política e à convergência de ações entre as nações sul-americanas, para uma região mais unificada. Esse conjunto de fatores impulsiona o país a intensificar sua colaboração com os países vizinhos, inclusive no

âmbito militar, com o intuito de formar um bloco coeso que possa se apresentar de maneira unida em questões de defesa global, desencorajando interferências externas e fortalecendo sua capacidade de negociação em instâncias internacionais.

Nesse cenário, a consolidação da Unasul ganha destaque, uma vez que se revelou um instrumento eficaz na resolução pacífica de controvérsias regionais, na proteção da democracia na América do Sul, na promoção do diálogo entre os Estados-membros e na gradual construção de uma base industrial de defesa sul-americana (Brasil, 2012).

O LBDN (Brasil, 2012) delinea suas ações estratégicas em diversas áreas, como mobilização, logística, doutrina, comando e controle, adestramento, inteligência de defesa, segurança nacional, operações internacionais, estabilidade regional, inserção internacional e Ciência, Tecnologia e Inovação.

Sobre estabilidade regional, o livro pontua que tem por objetivo principal agir em:

Contribuir para a manutenção da estabilidade regional.

1. O Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores promoverão o incremento das atividades destinadas à manutenção da estabilidade regional e à cooperação nas áreas de fronteira do País.
2. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com a América do Sul e países limítrofes ao Atlântico Sul.
3. O Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas buscarão contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a consolidação da integração regional, com ênfase na pesquisa e desenvolvimento de projetos comuns de produtos de defesa (Brasil, 2012, p. 343).

O documento ressalta a necessidade de colaboração entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores para promover a estabilidade na região e fortalecer a cooperação nas áreas de fronteira do país. Além do compromisso do Ministério da Defesa (MD), do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e das FA com o fortalecimento e a expansão da integração regional, incluindo o desenvolvimento de projetos conjuntos na área de defesa, destaca a importância de uma abordagem cooperativa para garantir a estabilidade e segurança na região.

4.2 LBDN 2016

O LBDN de 2016 faz menções à América do Sul como uma região historicamente pacífica, levando em consideração o último século em que a região sul-americana tem apresentado baixa incidência de tensões ou crises entre Estados, e com grandes oportunidades de aprimoramento da cooperação no campo da defesa “por meio de instrumentos que promovam o desenvolvimento de um nível adequado de segurança regional na América do Sul, baseado na cooperação entre os países” (Brasil, 2016, p. 15).

Naquela edição, o Brasil destaca a importância da cooperação e do diálogo para resolução de controvérsias, além de manter seu entorno estratégico o mais pacífico e harmônico possível:

A política externa brasileira considera o diálogo e a cooperação internacionais instrumentos essenciais para a superação de obstáculos e para a aproximação e o fortalecimento da confiança entre os Estados. Em termos geopolíticos, o Brasil dá prioridade a seu entorno imediato, definido como entorno estratégico, constituído pela América do Sul, o Atlântico Sul, costa ocidental da África e a Antártica (Brasil, 2016, p. 14).

Assim, segundo o livro, na esfera regional, é evidente que há uma clara oportunidade para colaboração na área de defesa. A Unasul e seu CDS podem ser considerados como meios potenciais para fomentar a ideia de uma "comunidade de segurança regional" na América do Sul. Em resumo, a política de defesa do Brasil integra elementos colaborativos e de dissuasão (Brasil, 2016).

Dentro do contexto institucional da Unasul, o LBDN (2016) destaca a importância do aprimoramento do CDS, que possui uma série de objetivos de grande relevância, como consolidar a América do Sul como uma zona de paz, que serve como alicerce para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral dos povos, ao mesmo tempo em que contribui para a promoção da paz mundial. Além disso, procura construir uma identidade sul-americana no que tange a questões de defesa, levando

em consideração as características sub-regionais e nacionais, que abrangem as diversas regiões do continente sul-americano, como as bacias dos rios Paraná e Amazonas, os Andes, o litoral atlântico e o Pacífico, o que, por sua vez, reforça a unidade da América Latina e do Caribe. Por fim, visa gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em assuntos de defesa (Brasil, 2016).

Assim, o LBDN de 2016 destaca como o CDS desempenha um papel fundamental ao promover a análise conjunta de questões políticas e estratégicas, permitindo um debate mais amplo sobre as realidades globais e hemisféricas, sob a perspectiva da América do Sul. Essa abordagem reforça a importância da cooperação e do diálogo entre os países da região na busca pela paz, segurança e desenvolvimento, contribuindo assim para a estabilidade e o fortalecimento da América do Sul no cenário internacional.

4.3 LBDN 2020

Na edição de 2020 do LBDN, o Brasil se encontra situado em um contexto histórico de um retorno da extrema direita ao governo, bem como o desmonte da Unasul, que ocorreu em 2019. Naquele ano, o governo Bolsonaro anunciou a saída do Brasil da Unasul. A edição do LBDN 2020 não menciona a Unasul.

Bem como as edições anteriores, o LBDN destaca que a abordagem da política externa brasileira enfatiza a importância do diálogo e da cooperação a nível internacional como meios essenciais para superar desafios e para promover a aproximação e o fortalecimento da confiança entre Estados. Do ponto de vista geopolítico, o Brasil dá prioridade à sua vizinhança estratégica, que engloba a região da América do Sul, o Atlântico Sul, a costa ocidental da África e a Antártica (Brasil, 2016).

A omissão do livro branco de 2020 em relação à Unasul é, sem dúvida, surpreendente e suscita preocupações sobre a abordagem adotada pelo Ministério da Defesa e pelas forças militares do Brasil em relação a questões de integração regional. A América do Sul é naturalmente uma área de influência significativa para o Brasil, e a cooperação regional desempenha um papel crucial no fortalecimento das relações internacionais do país.

A Unasul desempenhou e ainda desempenha um papel importante na promoção da estabilidade, segurança e cooperação na América do Sul. A decisão de abandonar ou negligenciar esses mecanismos pode ser vista como um afastamento do compromisso histórico do Brasil com a integração regional e a busca pela paz e cooperação na América do Sul.

Além disso, a América do Sul é uma região onde o Brasil tem a oportunidade de exercer seu papel de liderança natural de forma construtiva, contribuindo para o desenvolvimento econômico, a paz e a segurança. A ausência de menção a esses mecanismos de integração regional no livro branco pode levantar preocupações sobre a coesão e a coordenação da política externa brasileira.

No cenário global, onde as relações internacionais são cada vez mais complexas, manter laços sólidos com os vizinhos sul-americanos é essencial. Portanto, é importante a avaliação da abordagem em relação à Unasul e a outros mecanismos de integração regional, a fim de garantir que suas políticas externas continuem a refletir seu compromisso com a estabilidade e a cooperação na América do Sul.

5 CONCLUSÃO

A relação intrínseca entre a Unasul, o Conselho de Defesa Sul-Americano, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança e a análise aqui feita do Livro Branco de Defesa Nacional delinea a complexidade das dinâmicas que norteiam a abordagem do Brasil para a América do Sul em matéria de defesa. Dessa maneira, a Unasul emerge como um catalisador significativo, representando não apenas uma visão compartilhada de desenvolvimento, mas também um instrumento que desencadeou esforços concretos de cooperação regional. O CDS, enquanto iniciativa central da Unasul, evidencia a compreensão estratégica da importância em assegurar a segurança e a estabilidade na região, consolidando a colaboração em questões de defesa.

A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, proposta por Buzan e Wæver, oferece uma lente teórica valiosa, destacando a relevância de abordagens conjuntas para lidar com desafios compartilhados em um contexto regional. Essa teoria amplia a compreensão sobre a importância da segurança coletiva na América do Sul, influenciando indiretamente a formulação de estratégias de defesa e justificando a importância e necessidade de uma instituição de integração regional como a Unasul para o entorno estratégico Sul-Americano.

A análise do Livro Branco de Defesa Nacional, por sua vez, proporciona uma visão direta e prática das políticas e das estratégias de defesa adotadas pelo Brasil ao longo do tempo. A ausência ou ênfase na Unasul, CDS e, por extensão, na cooperação regional, reflete as nuances das prioridades nacionais em diferentes momentos, evidenciando a adaptação do país às mudanças no cenário político e estratégico.

No LBDN de 2012, a ênfase recai fortemente na integração regional. O documento enfatiza a importância da América do Sul como um ambiente estratégico e destaca o compromisso do Brasil com a integração regional, notando, particularmente, a Unasul como um importante mecanismo nesse processo. Além disso, o papel do Brasil como líder natural na América do Sul é sublinhado, destacando seu compromisso em promover a paz e a cooperação na região.

Na edição de 2016, a ênfase na integração regional é mantida, com a Unasul novamente recebendo destaque, mantendo o padrão muito parecido com o de 2012.

Há uma continuidade entre as edições de 2012 e de 2016 no que se refere à importância dedicada ao CDS e à segurança na América do Sul. É como se o Brasil incorporasse a sua liderança natural na região.

A edição de 2020, por sua vez, é notável por sua omissão à menção à Unasul. Isso representa uma mudança significativa na abordagem do Brasil em relação à integração regional na América do Sul. A ausência de menção à Unasul pode sugerir uma possível reavaliação das prioridades em relação à integração regional, possivelmente influenciada por fatores políticos e diplomáticos que afetaram as relações do Brasil com algumas nações vizinhas. Assim, é possível afirmar que o Brasil é uma nação que não prioriza a dimensão militar em suas relações exteriores, revelando um escasso interesse em projetar poder militar, tanto na América do Sul quanto no Atlântico Sul, segundo Abdul-Hak (2013).

Assim, conclui-se que as edições do LBDN refletem mudanças na ênfase da política de defesa do Brasil, especialmente em relação à integração regional na América do Sul. A omissão da Unasul e, portanto, do CDS na edição de 2020 sugere uma possível reavaliação das prioridades e estratégias de cooperação do Brasil, apequendo a atuação do Brasil na região e negando-se a exercer liderança regional. Essas mudanças podem ser explicadas pelo viés ideológico de extrema direita do governo Bolsonaro (2019-2022) que sempre mostrou pouco interesse pela região onde está o Brasil. Mas por ser um tema complexo e de interesse nacional, a posição ideológica de seu governo não é suficiente para justificar tamanha mudança, pois a elaboração do LBDN envolve os mandos dos militares. Portanto, como sugestão para futuras investigações, seria entender por que militares brasileiros se negaram a exercer a liderança brasileira na América do Sul na área de segurança, tema tão caro aos militares.

REFERÊNCIAS

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. O Conselho de Defesa Sul-Americano: objetivos e interesses do Brasil (CDS). Brasília: FUNAG, 2013. 280 p. (Coleção CAE).

BADARÓ, Celeste C. M. Assinatura do Tratado Constitutivo da Unasul. Resenha, Integração Regional. 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional 2012. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional 2012. Brasília: Ministério da Defesa, 2016.

_____. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional 2012. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

BUZAN, Barry; WEAVER, Ole. Regions and Powers. Cambridge University Press: Nova York, 2003.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. Contexto Internacional [online]. 2013, v. 35, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100003>. Epub 02 Dez 2013. ISSN 1982-0240. Acesso em: 02 nov. 2023.

GONÇALVES DE OLIVEIRA, Silvio Mattoso. A Unasul e o Futuro da Integração Sul Americana: Uma Visão sobre a Posição do Brasil à luz das Teorias das Relações Internacionais. Recife: O Autor, 2010. Acesso em: 07 ago. 2023.

NASCIMENTO, V. D. Estabilidade Regional: O Brasil e o Conselho de Defesa Sul-Americano. AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais,

[S. I.], v. 9, n. 17, 2022. DOI: 10.22456/2238-6912.91864. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/91864>. Acesso em: 12 set. 2023.

NERY, Tiago. Unasul: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. *Caderno CRH*, v. 29, n. spe3, p. 59–75, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792016000400005>. Acesso em: 16 set. 2023.

OLIVEIRA, Ana Carolina Vieira de; SALGADO, Rodrigo Souza. Modelos de integração na América do Sul: do Mercosul à Unasul. In: 3º Encontro Nacional ABRI 2011, São Paulo. Acesso em: 21 ago. 2023.

RODRIGUES, B. S.; DOS SANTOS, M. C. Da segurança regional ao vácuo político: um estudo dos dez anos do Conselho de Defesa Sul-americano. *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, v. 14, n. 50, p. 127-149, 10 fev. 2020. Acesso em: 01 nov. 2023.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. *Eu sou da América do Sul*. Brasília: FUNAG, 2012. Acesso em: 05 ago. 2023.

_____. *Integração: sonho e realidade na América do Sul*. Brasília: FUNAG, 2011. Acesso em: 05 ago. 2023.

UNASUL, *Tratado Constitutivo e Normativo da Unasul*. 23 maio 2008. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativa_unasula_2017.pdf. Acesso em: 05 ago. 2023.

AGRADECIMENTOS

Sempre, em primeiro ato, agradeço a Deus.

Agradeço à minha mãe, por tantas vezes abrir mão de si mesma para realizar meus sonhos. Do mínimo ao máximo. Por se esticar para me fazer caber no mundo. Mãe, minha gratidão é eterna e não caberia nessa página do meu trabalho. Não te agradeço somente por esses quase 5 anos de faculdade, mas, sim, por toda uma vida que dedicaste a mim e aos meus irmãos.

Agradeço ao meu pai, que sempre se fez presente em meu caminho e é uma grande inspiração para mim. Por me apoiar e acreditar veementemente que, um dia, serei uma grande diplomata. Obrigada, pai, por ser uma fonte inestimável de inspiração e apoio.

Agradeço ao Cláudio, por nunca ter medido esforços para me ajudar e por torcer por mim, pelo apoio, incentivo e conselhos.

Agradeço aos meus irmãos, André, Andreza e Rafael por me inspirarem e por serem parceiros.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Victor Hugo Ferreira Bernardo, torcedor do Clube Náutico do Capibaribe, por todo o amor e carinho, por me ouvir e aconselhar.

Aos amigos que a UEPB me apresentou, em especial ao 'Shame', registro minha gratidão por todo o apoio, risadas, conselhos, rotina, cafezinhos e, claro, desespero durante os bons e longos 5 anos na UEPB. Tenho certeza que seremos profissionais brilhantes e sempre inconformados. Nunca se esqueçam: ser jovem é uma vantagem imediata.

Estendo minha gratidão aos professores Carlos Ruiz e Filipe Melo, pelo conhecimento compartilhado e por me darem uma das maiores oportunidades que tive na graduação: estudar na *National School of Political and Administrative Studies*, na Romênia.

E, mais uma vez, agradeço o Professor Filipe Melo por me orientar na Extensão e no TCC, por sempre ter sido atencioso e compreensivo, além de uma grande inspiração profissional e pessoal.

Aos demais professores, técnicos e funcionários do Campus V, meu profundo agradecimento. Sem o trabalho de vocês, nada disso seria viável. Em especial à Mariana Nóbrega, por exercer com maestria a sua função na UEPB, por tanto me auxiliar e, até mesmo, aconselhar.

Por último e não menos importante, agradeço à essa instituição a qual tenho muito orgulho de fazer parte com muita luta e dedicação. A UEPB significa a realização de um sonho e, aqui, fui gigante. Sou grata por todas as oportunidades que me foram dadas, por me dar o espaço necessário para crescer como pessoa e profissional e fico feliz em poder retornar isso para a sociedade. Que todos tenham acesso à universidade pública e de qualidade.